



## **LEI COMPLEMENTAR Nº 20**

*de 04 de julho de 1996*

**Dispõe sobre a concessão de benefícios fiscais, e dá outras providências.**

*O PREFEITO MUNICIPAL DE CORUMBÁ, ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL, faço saber que a CÂMARA aprovou e EU sanciono a presente Lei Complementar:*

### **Art. 1º..**

*O Imposto Predial e Territorial Urbano - IPTU, bem como as Taxas lançadas em conjunto com o aludido tributo, referente ao Exercício de 1996, podem ser recolhidos com descontos, se efetuados em uma única parcela, nos seguintes percentuais e condições :*

#### **I.**

*Com 30 % (trinta por cento) de desconto, quando o contribuinte não tenha para com o Erário Municipal, débitos de quaisquer natureza, inscritos ou não na Dívida Ativa.*

#### **II.**

*Com 15 % (quinze por cento) de desconto, quando os contribuintes não atenderem as exigências descritas no inciso anterior.*

#### **1º**

*O prazo para recolhimento com os benefícios fiscais descritos no presente artigo expirar-se-á em 12 de Julho do corrente exercício.*

#### **2º**

*Fica o Poder Executivo autorizado a prorrogar por 30 (trinta) dias, além do prazo posto nesta Lei, todos os benefícios constantes da mesma, inclusive o mesmo valor da UPF .*

#### **Art. 2º..**

*O contribuinte que optou pelo recolhimento parcelado do IPTU referente ao presente exercício, poderá recolher o saldo remanescente com descontos, nas mesmas condições prescritas no artigo anterior.*

#### **Art. 3º..**

*Ficam convalidados os recolhimentos efetuados, referente aos valores lançados no IPTU de 1996, até a data da publicação da presente Lei.*

#### **Art. 4º..**

*A UPF (Unidade Padrão Fiscal do Município de Corumbá) permanecerá inalterada até 31 de julho do corrente, no valor de R\$ 3,47 (três reais e quarenta e sete centavos).*

#### **Art. 5º..**

*Fica concedida uma anistia de 75 % (setenta e cinco por cento) no valor da multa e dos Juros moratórios, para aqueles contribuintes que, em débito para com a Fazenda Pública Municipal, regularizarem sua situação até o dia 12 de Julho do corrente ano.*

#### **Parágrafo único .**

*Para fins de cumprimento do disposto no "caput" deste artigo, o débito será atualizado até a data do efetivo recolhimento.*

#### **Art. 6º..**

*Os débitos para com a Fazenda Pública Municipal poderão ser recolhidos em até 20 (vinte) parcelas, conforme dispuser as normas inseridas em Regulamento do Poder Executivo.*

#### **Parágrafo único .**

*Aplicam-se as condições estabelecidas no "caput" deste artigo, aos débitos incritos em dívida ativa, ajuizados ou não.*

**Art. 7º..** *Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.*

*CORUMBÁ (MS), 04 DE JULHO DE 1996*

*RICARDO CHIMIRRI CANDIAPREFEITO MUNICIPAL*

---

*Lei Complementar Nº 20/1996 - 04 de julho de 1996*

*Este texto não substitui o publicado no Diário Oficial em*